

Vitória em primeira votação

A GAZETA — VITÓRIA (ES), QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1982

p. 5 1.º cod. c. 1 e 2

18

A123023

Câmara aprova PDU de

Por unanimidade dos vereadores presentes (nove com o presidente e oito votos a favor), o projeto 46/81, que institui o Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU) foi aprovado, ontem, em primeira votação, após duas horas e meia de discussão. Antes, porém, houve uma tentativa de inserção de um projeto em regime de urgência na ordem do dia, com a finalidade de retirar a "preferência" do projeto, mas o requerimento acabou sendo recusado com base no Regimento Interno da Câmara de Vitória.

O projeto entra, hoje, em segunda discussão e votação, quando deverão ser inseridas as emendas dos vereadores ao projeto. Votaram a favor do PDU os seguintes vereadores: Ademir Antunes, Arnaldo Pinto da Vitória, Claudionor Lopes Pereira, Demócrito Rebelo, Elcio Teixeira de Almeida, José Gutierrez Filho, Manoel Nogueira de Miranda, Mário Cipreste, ficando o vereador José Maria Ramos Gagno, que presidiu a sessão, sem votar. O projeto foi aprovado quanto à sua constitucionalidade e judicialidade, devendo ainda ser submetido à segunda discussão e à votação da redação final.

Três vereadores se inscreveram para discutir o PDU. O primeiro, Elcio Teixeira de Almeida, defendeu a aprovação ou rejeição do projeto, enfatizando a necessidade da Câmara Municipal de Vitória adotar uma posição com relação ao projeto. O vereador Claudionor Lopes Pereira também defendeu o projeto, mas com restrições. Ele é a favor da supressão do artigo 216, que trata do tombamento de prédios em Vitória, afirmando existir uma legislação federal conflitante com as disposições contidas no PDU.

Finalmente, falou o vereador Arnaldo Pinto da Vitória que, após um retrospecto da vida e crescimento da cidade, lembrando include o mau planejamento do bairro Jardim da Penha, conforme ele, com "algumas rótulas miúdas onde que mal cabem as crianças do bairro, apelidadas de praças, e as ruas mal traçadas que impedem a passagem de dois ônibus, pediu simplesmente a aprovação do projeto como estava redigido, afirmando não acreditar que existisse nele alguma coisa que viesse a prejudicar a cidade.

Nos apartes concedidos a alguns vereadores, como Máximo Vieira Varejão, Manoel Nogueira de Miranda e Izildo Alvarino, que se retirou antes da votação do projeto, foram feitas mais considerações ao projeto. Izildo Alvarino continua contra a fixação da Cota 50, enquanto Máximo Vieira Varejão ainda defendeu a extinção do Conselho Municipal do PDU. No entender de Elcio Teixeira, o Plano Diretor Urbano necessitará do conselho, estando enganada a maioria dos vereadores, que afirma ser o conselho um fator que colabora com a perda do poder do Legislativo.

Na cabeça da ordem do dia há várias reuniões, e objeto de sucessivos adiamentos devido à falta de quorum de vereadores, que deixavam o plenário antes da ordem do dia para evitar a sua discussão e votação, o PDU ontem, antes de

ser votado, foi vítima de mais uma manobra. O vereador Arnaldo Pratti deu entrada com um requerimento, solicitando a votação em regime de urgência de um projeto que concedia 25 por cento do salário recebido quando na ativa pelo funcionário público aposentado. Pretendia ele prestar ajuda a velhos funcionários municipais que estão cegos ou sofrem de qualquer outra deficiência que os impede de trabalhar.

Gerou polêmica o pedido de urgência do projeto que alguns vereadores pretendiam fosse discutido e votado antes do projeto 46/81. Mas a interferência do vereador Elcio Teixeira impediu que isso acontecesse. Depois de muita discussão e diversas consultas ao regimento interno, prevaleceu o pensamento do vereador Elcio, principalmente porque, durante a discussão, lembrou-se que existe em tramitação na Câmara Municipal um projeto do Estatuto do Funcionário Público e que o projeto encaminhado pelo prefeito deveria ter sido incluído nele.

Na verdade, o projeto para o qual se pretendia a votação em regime de urgência ainda se encontrava na Comissão de Justiça e nem mesmo a sua justificativa estava em plenário. Assim, prevalecendo a consideração do pedido de 25 por cento tratar-se de matéria estatutária, surgiu o consenso de que o documento deveria ser devolvido ao prefeito Carlito Von Schilgen, para que retornasse sob a forma de emenda aditiva, sendo incluído ao Estatuto do Funcionalismo. Pois se tal não acontecesse, o Estatuto já seria aprovado com uma lei complementar.

Os vereadores já detectaram diversas falhas no projeto e que deverão ser corrigidas durante a discussão da redação final e em segunda votação. Elcio Teixeira, generalizando, afirmou, no entanto, acreditar que pelo menos 70 ou 80% é aproveitável, enquanto o vereador Máximo Vieira Varejão, que reteve o projeto por uma semana devido a um pedido de vistas, está contra também o zoneamento determinado no plano. No que se refere ao zoneamento, existem, inclusive, críticas generalizadas à nova distribuição da cidade. Entendem alguns vereadores, principalmente Vieira Varejão, que o PDU vai acabar determinando para uma mesma quadra tipos de construções diferentes. Com o que não concordam os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, mentores do plano. O PDU vem sendo motivo de discussão desde 1977, quando foi elaborado e apresentado mais tarde à Câmara Municipal, onde esteve em discussão em 1979, sendo retirado de pauta pelo prefeito Carlito Von Schilgen para novas deliberações. Foram quase dois anos de novos estudos desenvolvidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves, pelos técnicos da Prefeitura de Vitória e por várias entidades de classe, inclusive o Sindicato da Construção Civil. Foi encaminhado para a Câmara Municipal em maio do ano passado e agora, onze meses depois, foi aprovado quanto à sua constitucionalidade e judicialidade, devendo agora ser votado quando ao mérito.

CÂMARA aprova PDU de Vitória em primeira votação. A Gazeta, Vitória 28 abr. 1982. p. 5. 1.º cod. c. 1 e 2